



A Comissão de Sistematização começou ontem a distinguir pontos conflitantes dos relatórios

Comissão modifica as atribuições do STF

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, os quatro relatores-adjuntos e mais o presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e os líderes Mário Covas e Carlos Santana começaram ontem a decidir sobre os temas conflitantes entre as propostas aprovadas nas Comissões Temáticas da Constituinte. Já foram definidos quatro pontos: a manutenção do voto obrigatório a partir dos 18 anos, o voto facultativo para o analfabeto, a transformação do Supremo Tribunal Federal (STF) em Corte Constitucional e a criação do Conselho Nacional de Comunicação.

Segundo o senador José Ignácio (PMDB-ES), relator-adjunto, o trabalho de compatibilização dos substitutivos aprovados nas Comissões estará pronto até amanhã sendo que a partir daí o deputado Bernardo

Cabral passará a dar a redação final ao texto do seu relatório, que deverá ser entregue até a próxima sexta-feira, quando se abrirá o prazo de cinco dias para os constituintes apresentarem emendas.

Além dos pontos já decididos ontem, a cúpula do PMDB e os relatores da Comissão de Sistematização têm mais 10 temas conflitantes para definir. As propostas mais importantes dizem respeito à questão da desapropriação de terras para a reforma agrária, a autonomia sindical e a criação do Conselho da República ou o Conselho de Segurança.

José Ignácio, que serviu de porta-voz do grupo, disse que todas as questões estão sendo decididas politicamente e levando-se em conta o programa do PMDB. "O relator tem tido ainda a preocupação de ouvir os grupos mais representativos da Assembléia Constituinte a fim

de reduzir a área de atrito em plenário", explicou. Ele acrescentou também que de um modo geral a sistematização dos substitutivos está mantendo os projetos aprovados na Comissão.

Já o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), líder do partido e um dos quatro relatores-adjuntos, defendeu que o PMDB como partido majoritário na Constituinte tem que apresentar a sua proposta através do relatório do deputado Bernardo Cabral, mas tendo como diretriz o ponto de vista médio do país. O líder lembrou que a desapropriação de latifúndios para a Reforma Agrária variou muito nas três Comissões que trataram do assunto passando das restrições impostas pela Comissão da Ordem Econômica aos avanços obtidos nas Comissões da Ordem Social e o da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher.

Comissão quer conciliar textos

Conciliar pontos de conflito dentro dos relatórios das oito comissões temáticas em questões como, por exemplo, a reforma agrária, organização sindical, garantias individuais, tribunal constitucional e voto do analfabeto, tem sido o maior problema da feitura do relatório final da Comissão de Sistematização, segundo os relatores adjuntos e auxiliares indicados pelo relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), um dos quatro relatores adjuntos, disse que dos 550 artigos advindos dos relatórios das comissões, no mínimo cem serão cortados, por incompatíveis ou repetitivos e que as questões conflitantes são em sua maioria políticas e dependem de entendimento. Já o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), também relator-adjunto, considerou normal o excesso de divergências, já que a decisão final cabe não apenas ao relator, mas principalmente ao plenário.

Nelson Jobim, que até o final da tarde de ontem já havia concluído 30 por cento de seu trabalho, afirmou que o relatório que mais apresentou repetições foi o da Comissão da Soberania e dos Direitos e

Garantias do Homem e da Mulher — que muito coincidiu com o anteprojeto da Ordem Social.

Além de ordenar toda a estrutura sindical, o anteprojeto da Soberania cria, ao contrário da Ordem Social, uma maior desvinculação do trabalhador em relação aos sindicatos. Enquanto o capítulo dos direitos dos trabalhadores prevê o direito de organização e formação de comissões dentro de uma empresa ou instituição desde que lá exista um representante sindical, o relatório do senador João Paulo Bisol (PMDB-RS) garante a qualquer empregado o direito de associação mesmo que não seja sindicalizado.

Reforma agrária

A reforma agrária também está sendo apontada como um ponto conflitante pelos relatores. Três comissões abordam o assunto. As Comissões da Ordem Social e Soberania subordinam o conceito de propriedade à sua função social, criando critérios para determinar o valor e forma da indenização por desapropriação de acordo com a propriedade da terra. Já a Comissão de Ordem Econômica — que tem a competência para tratar do tema — define que a reforma agrária só pode ser feita

em zonas prioritárias mediante pagamento de prévia e justa indenização, assegurando a ampla defesa do expropriado. O relator auxiliar, deputado Virgílio Távora (PDS-CE), lamentou a falta de subsídios em outros relatórios, que dessem ao relator o poder de modificar substancialmente o conceito aprovado pela Ordem Econômica, no sentido de torná-lo mais progressista.

Segundo o parlamentar o critério a ser adotado pelo relator Bernardo Cabral, será priorizar o que foi aprovado pela comissão temática competente, assim, no caso da reforma agrária a tendência é conservar o texto da Ordem Econômica.

O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), relator auxiliar, não confirmou o critério de priorizar o texto da comissão temática competente, afirmando que o relator poderia aceitar qualquer das versões nas questões conflitantes, podendo, inclusive apresentar uma proposta alternativa. Ele citou como exemplo a criação do Tribunal Constitucional, proposta pela Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia da Constituição: «A proposta de criação desse tribunal significa praticamente o fim do Supremo Tribunal Federal».

Prefeitos têm pressa para rolar a dívida



Recife — O prefeito Jarbas Vasconcelos, que é também presidente da Associação dos Prefeitos das Capitais, enviou ontem telex ao presidente José Sarney e ao deputado Ulysses Guimarães solicitando maior rapidez da parte do governo Federal na rolagem da dívida dessas prefeituras. O prefeito se encontra em Portugal, visitando a Cidade do Porto, mas antes de viajar deixou pronto o telex, que foi transmitido hoje para Brasília.

Jarbas diz no documento que os prefeitos das capitais brasileiras, reunidos em Recife no último dia 10, deliberaram dirigir-se ao presidente da República solicitando medidas de agilização do processo de rolagem da dívida dessas prefeituras, que embora seja um assunto que preocupa todos os prefeitos, indistintamente, está emperrado na burocracia federal.

Acrescenta que, enquanto o assunto não for resolvido, mais dificuldades existirão nas administrações municipais.

Com desalento, Waldir aponta o imediatismo

Salvador — O governador Waldir Pires manifestou a sua preocupação com a tendência da Assembléia Nacional Constituinte de tentar resolver os problemas do país com soluções baseadas apenas em fatores conjunturais. Pires vê, com desalento, por exemplo, as propostas que têm sido apresentadas para que seja instituído um sistema parlamentarista no Brasil já a partir do próximo ano.

«Meu receio é que essas soluções imediatas nos façam adotar um regime que congregue o pior do presidencialismo e o pior do parlamentarismo», disse Waldir Pires. Para o governador da Bahia é necessário muita cautela no sentido de evitar que se repita a experiência frustrada de 1961 o que, segundo ele, agravaria profundamente a conclusão do processo de transição democrática.

O chefe do Executivo baiano disse ser favorável a um regime de governo que possa durar e que não esteja submetido a contingências do instante em que o país vive. O governador Waldir Pires acrescentou que o essencial é que sejam estabelecidos princípios e normas capazes de resolver as grandes questões nacionais, retirando o Brasil do impasse em que se encontra, de forma definitiva e não com propostas que apenas adiem esses problemas».

Sarney vai a MG como "religioso"

Belo Horizonte — A visita do presidente José Sarney a Minas Gerais, amanhã, não tem caráter político, mas religioso, segundo o governador de Brasília, José Aparecido de Oliveira, de quem partiu o convite ao presidente da República.

Sarney, acompanhado de D. Marly, ministros e assessores, visitará Conceição do Mato Dentro, a 170 quilômetros de Belo Horizonte, terra de Aparecido, como romeiro, na festa de comemoração dos 200 anos do Santuário Bom Jesus de Matozinhos, elevado a Basílica de Bom Jesus de Matozinhos, pela Santa Sé.

O presidente Sarney deixa Brasília às 8 horas de amanhã, desembarcando na Base Aérea de Pampulha às 9 horas. Meia hora depois segue de helicóptero para Conceição, onde o horário previsto de chegada é às 10 horas. As 10h30 Sarney inaugura, no Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, a Casa do Romeiro, deslocando-se para a igreja onde assiste missa. O presidente almoça na casa paroquial e inaugura, em seguida, a exposição de produtos artesanais da Associação Escola-Fazenda de Artes e Ofícios, depois do que fará o lançamento do selo comemorativo do jubileu dos 200 anos do santuário. Sarney embarca às 15h20 de volta a Belo Horizonte, e dali para Brasília com horário de chegada previsto para às 17h15.

Decisão sobre tema polêmico será política

A manutenção da reserva de mercado e a definição do que é empresa nacional, dois pontos polêmicos do substitutivo — rejeitado — do relator Artur da Távola, da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, terão decisão política, segundo assegurou ontem o senador José Ignácio Ferreira (PMDB-ES), um dos quatro relatores-adjuntos da Comissão de Sistematização. A decisão política sobre a manutenção ou não dos pontos polêmicos desta comissão temática sai na reunião entre o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relatores-adjuntos e lideranças do PMDB.

Outros pontos pendentes do substitutivo, entretanto, já haviam sido definidos pelos relatores adjuntos. Permanecem a abolição de qualquer tipo de censura a toda espécie de manifestação cultural e os prazos para divórcio — dois anos de separação judicial e quatro anos de separação de fato. Dois artigos do substitutivo de Artur da Távola foram sumariamente suprimidos. O 26 ("a lei regulamentará o jogo de azar e de loteria"), por que no entendimento do senador José Ignácio não se trata de matéria constitucional, e o parágrafo 2º do artigo 45 ("é vedada a propaganda de guerra ou veiculação de preconceitos de qualquer natureza"), porque, já existe no substitutivo do relator José Paulo Bisol (PMDB-RS), da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

O senador José Ignácio enumerou outros pontos polêmicos do substitutivo da Comissão da Família que serão decididos por critérios políticos, a exemplo do conceito de empresa nacional, que, como está, no texto, segundo o senador, "até a IBM se encaixaria". No capítulo referente à educação, do substitutivo de Artur da Távola, o artigo 11 é também passível de uma decisão política, quando assegura a exclusividade de utilização das verbas públicas para o ensino público. Já o artigo 8, determina que a aplicação de 18% da união e 25% dos estados, municípios e Distrito Federal serão aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino público. Este termo deve ser abolido, para que possam ser incluídas instituições que não são consideradas nem públicas, estatais ou particulares, como as universidades católicas.

A elaboração do Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, também merecerá decisão política. Uma corrente é partidária que ele seja elaborado conforme estabelece o substitutivo de Artur da Távola, "com a participação de órgão representativo dos integrantes do processo educacional e da sociedade". Outro grupo quer simplesmente que ele seja elaborado por lei. José Ignácio adiantou também que o capítulo que trata da legislação esportiva vai ser "enxugado, por estar muito longo", assim como garantiu a permanência do artigo 37.



Távola, relator do substitutivo

Projeto de lei beneficia secretárias

O presidente José Sarney encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei que permite o exercício da profissão de secretária executiva aos que, embora não habilitados, contêm, pelo menos cinco anos ininterruptos ou dez intercalados de atividade profissional, até 30 de setembro de 1985.

Segundo exposição do ministro Almir Pazzianotto, do Trabalho, a proposta decorre de pedido da associação das secretárias executivas do Rio de Janeiro com a finalidade de corrigir prejuízo funcional resultante da lei 7.377, de 30 de setembro de 1985.

"Esta lei — esclereceu o ministro — ao condicionar o direito de exercício da profissão de secretária executiva às portadoras de diplomas, ou certificados de graduação de nível superior ou médio, feriu o direito adquirido dos profissionais da área que, embora militando nas funções há muitos anos, não preenchem o requisito de escolaridade". Os profissionais deverão comprovar sua atuação deverá das empresas as quais tenham desenvolvido atividades.